

LEITURA ESPECIAL

Um serviço para ser prestado
a partir de acções coordenadas

F. P. Oliva

RESUMO

A existência de livros, revistas, jornais, etc., facilmente acessíveis aos deficientes visuais, constitui um meio com finalidades educativas e informativas, mas serve também, em certa medida, propósitos reabilitacionais, uma vez que através da leitura pode ser compensada, até certo ponto, a falta de informação provocada pela deficiência. A produção deste material receberia um impulso muito significativo, se fosse possível utilizar as diskettes com os registos dos textos dos livros que já estão a ser impressos por processos computadorizados, para deles se obterem edições em braille. Por outro lado, o recurso à leitura óptica e subsequente sonorização ou impressão em braille alargaria enormemente as possibilidades de leitura não só dos deficientes visuais mas também dos chamados «print handicapped». As experiências neste domínio iniciadas entre nós já demonstraram vontade de colaboração de alguns editores, possibilidade do aumento da produção e necessidade de software ajustado à grafia braille da língua portuguesa e dos meios apropriados à aplicação da voz robotizada à fonética do português. A satisfação desta necessidade, o aperfeiçoamento das capacidades de concepção e de execução no âmbito da informática ao serviço da produção de braille e a celebração de protocolos de colaboração com editores, constituem a base em que poderá assentar uma nova política para a prestação do serviço de leitura especial.

SIGNIFICADO DE «LEITURA ESPECIAL»

Deve entender-se por «leitura especial» tanto a actividade do sujeito leitor incapacitado para utilizar os textos em suportes comuns como o conjunto de todas as actividades da produção de suportes gráficos que lhe sejam acessíveis. O sentido que aqui atribuímos a esta expressão foi estabelecido por analogia com o conceito de «ensino especial», corrente na área da educação desde meados do século, o qual engloba a filosofia e a prática da docência dirigida a alunos com dificuldades específicas, resultantes de incapacidades sensoriais, motoras e outras.

LEITURA E DEFICIÊNCIA VISUAL

Desde há muito que, nos Estados Unidos da América, a leitura especial se tornou extensiva, através do livro sonoro, aos deficientes físicos que comprovem, por via idónea, a incapacidade para a leitura dos livros ditos normais. Mas nos últimos anos, em muitos países, o público utente de leitura especial alargou-se consideravelmente passando a integrar também, além dos deficientes visuais, outros deficientes, idosos, doentes e quaisquer indivíduos que, temporária ou definitivamente, se encontrem incapacitados para a leitura visual. Entre nós, os utentes da leitura especial foram sempre os leitores deficientes visuais. O novo Código dos Direitos de Autor, aprovado não há ainda muitos anos, só consagra esta situação ao dispensar de autoriza-

ção editorial a impressão de livros em braille e de livros sonoros para uso de deficientes visuais. Um ou outro caso excepcionalmente encarado à margem deste quadro legal, não apresenta qualquer significado digno de ser tido em conta.

Hoje já ninguém duvida de que a leitura é tão importante para os deficientes visuais como para os outros cidadãos. Allan Leach, director da National Library for the Blind (Londres), perito da Secção de Bibliotecas para Cegos da IFLA e presidente da Associação dos Produtores de Braille do Reino Unido, cargo para que foi eleito recentemente, numa conferência que proferiu na Biblioteca Nacional, em 28 de Janeiro de 1988, afirmou: «There is no philosophy governing library provision for blind people, but there is one principle. Blind people differ from the rest of human race only in their blindness: in all other respects they have similar needs and expectations. They should expect as much from their library service as their sighted fellows, whether for study or up-to-date facts from reference books or government publications. That principle is the foundation on which we must all build».

Por outro lado, no fim dos anos 70, a Federação Internacional de Cegos apresentou à IFLA um relatório elaborado por um grupo de trabalho orientado por Paulli Thomsen, do Instituto de Deficientes Visuais da Dinamarca, onde se começa por ler: «Prior to offering visually handicapped the same opportunities for education, vocational training and employment, as well as taking an active part in the general cultural and political debate in society as their sighted peers, it requires in a great number of cases a well-established and fast functioning production system of reading materials».

Há mesmo quem pense que, sendo a leitura importante para qualquer indivíduo, ela é especialmente importante para os deficientes visuais. Pois para estes, totalmente privados ou parcialmente limitados quanto ao exercício espontâneo, automático, da capacidade de ver, os hábitos de leitura, para além do valor educativo e informativo que comportam, contribuem também para conservar a mente ocupada numa actividade saudável, diminuindo-lhe o risco de cair em estados de apatia e isolamento, que podem conduzir facilmente à formação de vazios e originar assim um grave empobrecimento da vida. Esta posição começa a aparecer documentada por volta de 1930. Em Portugal, em 1950, na sua obra «A Educação dos Cegos e a sua Recuperação para a Vida», Albuquerque e Castro, professor no Instituto de Cegos São Manuel e director da editora braille que hoje tem o seu nome, escreveria: «Se a cultura valoriza o homem, na medida em que lhe permite projectar-se em todas as dimensões no universo que o rodeia e tomar consciência mais viva do universo que traz consigo, ela assume para o não vidente importância difícil de apreciar, dado que daí depende quase toda a sua capacidade para ascender do meramente vegetativo ao realmente vivido. (...) Não tendo possibilidade de se instruir através da vista por contacto com o meio objectivo, só por intermédio de livros e outros instrumentos de cultura ele pode em geral tomar conhecimento de seres e coisas, de factos e fenómenos, que são, para o comum da gente, insignificante parcela do saber total, oferecida desde muito cedo pela experiência de cada dia».

Estes depoimentos, entre muitos que poderiam ser citados, testemunham o reconhecimento da importância do papel da leitura para os deficientes visuais. Posições coincidentes foram também assumidas pela UMC (União Mundial de Cegos), pela IFLA e pela UNESCO.

MATERIAL DE LEITURA

O material de leitura para deficientes visuais apresenta-se sob formas de livros tácteis, livros sonoros e livros ampliados. Os livros tácteis englobam três variedades: livros em caracteres comuns, livros em moon e livros em braille.

Os livros em relevo, em caracteres comuns, começaram a ser usados em França, há pouco mais de 200 anos, por iniciativa de Valentin Haüy. Apesar da leitura destes livros proporcionar um rendimento extremamente limitado, o seu uso prolongou-se por mais de um século por imposição, sobretudo, de muitos directores de escolas, que se opunham à adopção do braille por considerarem que os deficientes visuais tinham que usar, para ler e escrever, um meio que reproduzisse o alfabeto usado pelos normovisuais.

Estes livros são hoje muito raros e apresentam apenas valor histórico. Nuns, o relevo das letras é definido por traço contínuo; noutros por sucessão de pontos.

O moon é um alfabeto em relevo muito fácil, em que foram conservadas muitas letras do alfabeto latino numa forma simplificada. Este alfabeto, criado por William Moon, compõe-se com um pequeno número de caracteres, a maior parte dos quais pode representar várias letras consoante as posições em que são colocados.

Os livros em moon apareceram em Inglaterra, em meados do século XIX, e destinam-se a pessoas que perderam a vista já para além da meia idade, uma vez que a maior parte delas se mostra incapaz de aprender o braille. Os primeiros livros em moon foram de literatura religiosa, mas a edição destes livros logo se estendeu a outros domínios da literatura. Existe, hoje, uma gama razoavelmente ampla de títulos, sendo também editadas quatro revistas mensais e até um semanário sobre futebol.

Até 1985, o texto em moon só podia ser obtido numa tipografia própria. Mas, nesse ano, começou a ser fabricada uma pequena máquina de escrever que veio permitir a qualquer indivíduo escrever em moon.

O braille é um código convencional criado por Louis Braille. Compõe-se de 63 sinais formados por pontos em relevo, a partir de um conjunto básico de seis pontos à imagem duma sena de dominó, ao alto. Os sinais assim obtidos representam as letras do alfabeto, incluindo as vogais acentuadas, os sinais de pontuação e alguns sinais auxiliares como, por exemplo, de indicação de algarismo, de indicação de maiúscula, de indicação de variante gráfica, etc.

Os livros em braille são utilizados em todo o mundo. Apareceram em França, na segunda metade do século XIX, e começaram a ser usados em Portugal por volta de 1890. Versavam a princípio matérias do ensino elementar e de religião; mas, hoje em dia, tocam praticamente todos os ramos da literatura.

Estes livros começaram, naturalmente, por ser feitos à mão; mas ainda no século passado foi iniciada a impressão por

meios mecânicos, mesmo em Portugal. Actualmente, a produção de livros em braille dispõe de meios muito diversificados proporcionados pela nova tecnologia.

O livro sonoro apareceu nos anos 30, nos Estados Unidos da América, onde beneficiou sempre duma investigação intensamente empenhada, generalizando-se posteriormente o seu uso a um número de países cada vez maior. Nasceu sob a forma de disco, surgindo depois outros tipos de suportes, como cassettes ultra-longas, cassettes normalizadas, discos compactos e CD-ROMs.

Em 1934, por iniciativa da Biblioteca do Congresso foram postos à disposição dos leitores livros em discos de 33 1/3 rotações por minuto, muito antes destes discos terem aparecido no mercado. Os investigadores estavam interessados na durabilidade do material, no tamanho do disco e no aumento do número de espiras por polegada para conseguir a reprodução satisfatória da voz no menor espaço possível. Com o objectivo de se gravar mais texto em menos espaço, em 1950 começaram a ser testados discos de 16 2/3 e de 8 1/3 rotações por minuto. A gravação de discos passou a ser feita à velocidade de 8 1/3 rotações por minuto, o que torna possível a duração máxima de 88 minutos em cada face. No fim dos anos 60, começaram a ser usados discos flêxíveis, mais finos, mais leves e mais baratos. Actualmente, mais de 30 publicações periódicas são gravadas em discos flexíveis nos Estados Unidos.

Também nos anos 60 se começou a estudar a possibilidade de utilizar a gravação em cassette. Foi lançada, em Inglaterra, a cassette ultra-longa. Mas a má qualidade da gravação e a necessidade de um leitor próprio condenaram-na a uma existência curta. Nos Estados Unidos, depois de três anos de experiências com um gravador que se encontrava no mercado e das avaliações subsequentes, o National Library Service for the Blind and Physically Handicapped mandou fabricar 14 000 aparelhos, segundo um conjunto de especificações fixadas pelos seus técnicos. Hoje são postos à disposição dos leitores mais livros em cassettes do que em qualquer outro suporte. Estes livros são gravados e reproduzidos em quatro pistas, a uma velocidade equivalente a metade do normal, apresentando cada cassette a duração de cerca de seis horas.

Outros trabalhos para aperfeiçoar o livro sonoro compreendem: o desenvolvimento de dispositivos que facilitem a alguns deficientes o manejo do equipamento de reprodução sem contacto físico, incluindo comandos accionáveis por respiração; o desenvolvimento de meios para compressão de voz a integrar em futuros gravadores de cassettes, que permitirão aumentar ou diminuir a velocidade de leitura sem alterar o tom de voz; o desenvolvimento de um sistema seguro de indexação de informação em voz. Esta indexação utiliza palavras-chave para permitir aos leitores encontrar rapidamente a informação. As palavras-chave ouvem-se e compreendem-se, quando a cassette é accionada em avanço rápido, mas não são audíveis à velocidade normal. Ao encontrar a palavra-chave procurada, passa-se à velocidade normal para ouvir a informação correspondente. Há notícia de pouquíssimos títulos editados nestas condições. Destaca-se o «Concise Heritage Dictionary», que compreende 55 000 palavras em 56 cassettes, referenciadas em braille e em caracteres ampliados e acondicionadas em cinco estojos.

O livro sonoro em disco compacto parece não ter passado de uma tentativa mal sucedida. Quando estes discos foram lançados no mercado, uma empresa da especialidade propôs à Secção de Bibliotecas para Cegos da IFLA que se examinasse a possibilidade da sua adopção, tentando introduzi-los na área da leitura especial. Na altura, a Inglaterra, a Holanda e alguns outros países estavam interessados em rever os formatos electrónicos para livros sonoros que utilizavam. Esta coincidência conduziu à realização duma experiência que se revelou decepcionante por causa do pouco volume e da falta de nitidez da voz exibida. Este insucesso ficou a dever-se à pretensão de aproveitar ao máximo a duração do disco (dizia-se que podia atingir 10 horas), que obrigou a eliminar o efeito estereofónico e a reduzir o número de harmónicos.

Este resultado e o facto de se tratar de um suporte que exige um leitor próprio determinaram que, por enquanto, a cassette continuasse a ser considerada como o suporte mais adequado. E não temos conhecimento de que, de então para cá, esta situação se tenha alterado.

A utilização do CD-ROM parece estar ainda em fase exploratória. Lemos numa revista do Royal National Institute for the Blind um anúncio da demonstração de uma enciclopédia em CD-ROM para ser consultada via áudio, mas ainda não temos informações nem das circunstâncias em que decorreu a experiência nem dos resultados obtidos.

Durante muito tempo foi convicção geral que aqueles que possuíam um resíduo de visão utilizável, para o preservarem, não deviam sujeitá-lo a aplicações intensas como a leitura. Porém, por volta de 1970, os oftalmologistas russos começaram a defender um ponto de vista, segundo o qual, para preservar a visão residual, era necessário empregá-la em todas as situações, incluindo a leitura, salvo recomendações médicas em contrário motivadas por circunstâncias particulares.

Passou então a ser encarada a utilização do livro ampliado. Na procura do suporte mais adequado, começou-se por utilizar textos impressos ou dactilografados em macrotipos, seguindo-se-lhes a fotoampliação, o uso de diversos tipos de lupas e o emprego de circuitos fechados de televisão, que vêm apresentando uma capacidade crescente de ampliação de acentuação de contraste e de controlo de iluminação.

Em Portugal, os livros em caracteres ampliados destinam-se a satisfazer algumas necessidades nas áreas da educação e, em alguns casos, da formação profissional.

Esta diversidade de formas de livros tem, em princípio, o objectivo de ajustar a leitura o melhor possível aos diferentes graus de capacidade de apreensão sensorial dos utentes. Mas a opção pelo livro sonoro depende muitas vezes, de facto, da maior rapidez e dos menores custos da produção. Não se nega a utilidade do livro sonoro. Ele é o único meio de acesso independente à leitura para os deficientes visuais que não podem servir-se do braille. Contudo, o braille continua a ser o meio mais apropriado para permitir aos cegos escrever e ler o que escrevem. E, se reduzirmos a questão apenas ao plano da leitura, também aqui temos de reconhecer que as vantagens que o braille torna possíveis são verdadeiramente notáveis perante certas limitações dos suportes sonoros. Estas vantagens distribuem-se por dois domínios: o da

comunicação das ideias e o do manuseamento do suporte. Nestes dois campos, os que lêem mantêm-se activos e são senhores da sua própria vontade, sempre apta a conduzir o processo da leitura; os que ouvem permanecem passivos, e a sua vontade tem de se resignar muitas vezes perante a rigidez da mecânica dos aparelhos. Os primeiros, desde que disponham de livros, têm permanentemente consigo a possibilidade imediata de ler - em casa, nos transportes, no café, numa sala de espera, etc., estão em contacto directo com a forma gráfica escolhida para expressar o pensamento do autor; podem imprimir à leitura, a todo o momento, a velocidade mais adequada ao seu próprio ritmo de assimilação; compulsam facilmente o volume para localizar rapidamente as passagens que quiserem reler. Os segundos têm de trazer consigo um aparelho reproduzidor munido da respectiva fonte de alimentação; comunicam com o pensamento do autor através da interpretação de um intermediário; escapam-se-lhes, em larga medida, os efeitos de realce que os recursos gráficos possibilitam; têm de se submeter quase sempre ao ritmo da leitura gravada; não contactam com a realidade ortográfica da língua; só por acaso conseguem localizar prontamente qualquer passagem que queiram voltar a ouvir, se não dispuserem de um aparelho provido de um sistema de indexação. E estes sistemas ainda são raros e pouco eficazes. Não surpreende, pois, que em 1990, a Conferência Internacional sobre o Braille, reunida em Madrid por iniciativa da Comissão para os Assuntos Culturais da UEC (União Europeia de Cegos), no âmbito do Ano Mundial da Alfabetização, tenha considerado «that braille remains the natural medium for blind person to attain maximum independence. Braille literacy is the best means of information for visually impaired persons and books should be made more easily available. No effort should be spared to halt the decline of braille readers».

CARACTER SOCIAL DA LEITURA ESPECIAL

Os deficientes visuais constituem uma minoria social; e, devido à inexistência de estruturas de ensino apropriadas, quer na área da educação, quer no que se refere ao apoio aos cidadãos já adultos, só uma pequena parte desta minoria é capaz de utilizar o braille em termos de conseguir uma leitura com a fluência necessária para ser compreensiva. Por outro lado, a produção de braille por meios mecânicos é muito lenta e apresenta custos muito elevados, por exigir uma grande especialização de mão-de-obra que garanta o menor desperdício possível de material e de tempo. Por isso a produção de livros em braille não constitui em nenhuma parte do mundo uma actividade comercial; em vez disso ela é caracterizada por uma forte componente social. Isto leva a que os livros sejam vendidos a preços que se situam muito abaixo do custo de produção. Em Portugal, os poucos livros que se vendem são facturados ao preço da livraria para a correspondente edição em tinta.

Por estas razões, a quantidade de títulos disponíveis para os leitores deficientes visuais não é senão um ínfima parte do que os leitores normovisuais têm à sua disposição. E, como as instituições que se ocupam da produção de materiais para a leitura especial, mesmo nos países mais avançados, ainda não conseguiram editar mais de três por cento dos títulos que, em cada um desses países, aparecem no mercado em cada ano, esta

diferença não pára de crescer, negando assim na prática o exercício de um direito que, em teoria, todos afirmam reconhecer. Em Portugal, as escolhas dos leitores deficientes visuais fora das obrigações escolares confinam-se, praticamente, a parte dos acervos da Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto que, como a própria denominação sugere, trabalha somente com livros sonoros, e da Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, que trabalha com livros sonoros e com livros em braille. Falamos de parte dos acervos destas bibliotecas, porque em ambas existe uma quantidade importante de livros destinados aos programas de ensino, principalmente do ensino unificado e secundário. Em 31 de Outubro de 1991, existiam na Biblioteca Sonora 2458 títulos, registando-se na Área de Deficientes Visuais o total de cerca de 7 200 títulos, 1 100 na secção de livros sonoros, 2 100 na de livros em braille e cerca de 4 000 na de música em braille. Nos 5 658 títulos que prefazem o total dos acervos das duas bibliotecas, excluindo os livros de música, existe, é claro, uma certa quantidade de títulos comuns que nunca foi aferida.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

As novas tecnologias, não obstante a instabilidade derivada do ritmo acelerado do seu próprio desenvolvimento, abriram já um vasto campo de possibilidades à leitura especial e criaram nos leitores a expectativa de poderem ver em breve consideravelmente alargadas as hipóteses para as suas escolhas. As facilidades no processamento de texto que os computadores proporcionam vieram eliminar o risco de inutilização de material e reduzir a quantidade de pessoal com elevada especialização braillográfica requerida para fazer funcionar os sistemas mecânicos. Por outro lado, as editoras que já estão a imprimir os seus livros por processos computadorizados podem constituir também uma fonte de alimentação importante para a leitura especial, pois as diskettes com os registos das suas edições, depois de reconvertidas, podem ser utilizadas com vista à produção de edições em braille, beneficiando do trabalho já efectuado com a introdução do texto que assim passará a proporcionar mais uma nova e importante aplicação. A leitura por máquinas providas de sistemas para reconhecimento óptico de caracteres representa igualmente um recurso muito promissor para facilitar aos deficientes o acesso à leitura. Os textos são introduzidos por meio de leitura óptica e sujeitos a tratamento por intermédio de software apropriado, conforme se pretenda editá-los em braille, através de impressoras, ou sob forma sonora, através de sintetizadores de voz acoplados a terminais de computadores. Este processo, uma vez instalado em bibliotecas em condições de utilização fácil, aumentará enormemente as possibilidades dos leitores, apesar das dificuldades ainda impostas pela existência de figuras, mapas e gráficos, elementos estes cujo tratamento se encontra num estado de investigação pouco adiantado. Os textos assim obtidos podem ser armazenados em suportes informáticos e, quando requisitados, expedidos por via telemática para serem utilizados à distância. O emprego destes meios em sistema integrado já torna possível, em alguns países, a utilização de periódicos pelos deficientes visuais. Estes recebem-nos em casa num aparelho apropriado, durante

a noite, via rádio ou televisão, emitidos em frequências especiais a partir dos suportes informáticos para impressão, e lêem-nos quando quiserem.

A exploração ampla das potencialidades geradas por todos estes meios está já a ser tida em conta em projectos, como referiu Hoelle Corvet, na Conferência Internacional sobre o Braille, realizada em 1990 e à qual já atrás se aludiu, numa comunicação intitulada «La Documentación y el Libro Braille del Futuro», em que se pode ler: «El proyecto de la grandísima biblioteca de Francia, cuya inauguración está prevista para 1995, estudia la ubicación de puntos para la lectura electrónica, el almacenamiento documental en soporte informático y su difusión a distancia mediante sistemas de modems. Uno de cada ocho lectores elegidos para el test es un informático no vidente».

É claro que, no nosso país, ainda é muito reduzida a experiência neste campo. E uma boa parte desta reduzida experiência deve-se muito mais ao empenho dos vendedores do equipamento, que habitualmente integram nas vendas algumas horas de formação, quase sempre muito elementar, para ajudar a motivar o cliente, e à vontade de criar currículo associativo, que leva algumas associações a realizar acções de formação ao abrigo do apoio do Fundo Social Europeu, do que a iniciativas sistematicamente planeadas e desenvolvidas por parte das entidades que actuam neste domínio visando modernizar a prática requerida pelas suas actividades. E é urgente inverter esta tendência, se se quiser beneficiar amplamente das novas possibilidades de fazer crescer rapidamente a gama de escolhas para os utentes da leitura especial.

Na Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional ensaiam-se os primeiros passos a caminho da utilização destes novos meios de trabalho, visando a modernização da prestação do serviço de leitura especial no nosso país. Embora ainda em condições bastante precárias - escassez de equipamento, insuficiência de formação adequada e inexistência de software apropriado e do assessoramento informático necessário -, mesmo assim foi já possível realizar experiências que permitiram confirmar que o tempo necessário para a produção de um livro em braille por processos mecânicos fica consideravelmente reduzido, empregando os meios informáticos, e ainda se poderá reduzir muito mais, quando a precariedade de condições tiver dado lugar a um conjunto equilibrado de meios de trabalho. As experiências a que se procedeu consistiram em obter edições em braille a partir de diskettes cedidas por casas editoras. Para o efeito, em 1990, foram convidadas a cooperar as quatro editoras que se sabia estarem já a imprimir os seus livros por processos computadorizados. O Círculo de Leitores e a Quetzal Editores manifestaram desde início o maior interesse em cooperar. A editora Publicações Europa América mostrou-se disposta a examinar o assunto, o que só não aconteceu ainda, porque a Biblioteca Nacional não pôde instalar o seu sistema ao ritmo que inicialmente se previa. Da quarta editora contactada não se recebeu resposta.

No decurso destas experiências, as primeiras efectuadas em Portugal, ainda não foi possível, ao contrário do que a princípio se chegou a admitir, utilizar software para a adequação do texto em tinta à grafia braille aplicada à língua portuguesa. Is-

to obrigou a emendar à mão alguns casos de emprego de letras maiúsculas, de símbolos gráficos que são representados em braille por conjuntos de mais de um sinal, de destaques gráficos como itálico, tipos diferentes, sublinhados, diferenças de cor, etc. A utilização dos vários programas de processamento também tem levantado dificuldades que ainda não puderam ser ultrapassadas. Os registos cedidos pela Quetzal Editores são processados em perfect, e em unix os cedidos pelo Círculo de Leitores. Na Área de Deficientes Visuais ainda não se pôde começar a utilizar estes programas e, por enquanto, só se trabalha em wordstar. Torna-se, pois, necessário transcrever aqueles registos; mas a falta de equipamento ainda não permitiu transcrever os registos em unix. Por outro lado, os registos têm chegado às nossas mãos já prontos a imprimir, o que nos obriga a limpá-los dos comandos específicos da impressão para preparar o texto para ser impresso em braille. E esta limpeza ainda não pôde ser feita por meio de software adequado por falta de assessoramento informático.

O recurso à leitura óptica para fins de impressão de braille consiste na utilização de um scanner, de um bom sistema para reconhecimento óptico de caracteres, de um computador provido de software para adequação ao braille e de uma estereotipadora ou de uma impressora braille. O texto, através desta cadeia, projecta-se das páginas do livro em tinta para as páginas do livro em braille. A experiência deste trabalho entre nós é também muito escassa, cabendo à IBM e à ACAPO os poucos ensaios realizados. A IBM, equipada com um sistema para reconhecimento óptico de caracteres de melhor qualidade e embora empregando um software para adequação ao braille que precisa de ser mais desenvolvido, já produziu mesmo assim, com resultado satisfatório, um folheto do Ministério da Educação destinado aos estudantes deficientes visuais, que foi distribuído no Fórum Estudante 89, no pavilhão do Ensino Especial. Mas, além da edição em braille, é também possível obter uma edição sonora a partir de um texto registado em código ASCII. Para isso basta dispor de software apropriado e de um sintetizador de voz acoplado a um terminal de computador para efectuar a audição. A utilização deste produto no nosso país tem esbarrado na inexistência de voz sintética aplicável ao português com qualidade aceitável.

NOVAS VANTAGENS NO CAMPO DA UTILIZAÇÃO

Além das enormes possibilidades dos novos recursos tecnológicos para fazer crescer rapidamente os acervos das bibliotecas e para proporcionar facilmente informação bibliográfica actualizada, importa considerar ainda a possibilidade de repercussão do emprego destes recursos no tempo de que os serviços necessitam para atender os pedidos que lhes chegam e a possibilidade de atendimento simultâneo de pedidos para a mesma obra.

A serventia de leitores em bibliotecas levanta, frequentemente, o problema da indisponibilidade dos livros. Se em cada biblioteca houver apenas um exemplar duma obra, como em geral é o caso, e se a utilização destas bibliotecas se fizer através de empréstimo na sua quase totalidade, como acontece entre nós e em todos os países, havendo até alguns em que a leitura presencial nem sequer está prevista, é frequente o leitor, por se encontrar emprestada a obra que requisitou, ter de esperar pelo

termo do empréstimo, que nem sempre é possível determinar, ou ter de refazer a sua escolha. A grande frequência com que esta situação ocorre levou mesmo as bibliotecas a recomendar aos utentes que requisitem sempre três obras, pelo menos, pois assim aumentarão as probabilidades de serem atendidos. Muitos - os simples amantes da leitura - poderão adaptar-se mais ou menos bem a esta necessidade; mas é fácil avaliar o transtorno que este condicionalismo ocasiona àqueles leitores com propósitos bem definidos em função de trabalhos que pretendem realizar, aos quais só determinada bibliografia interessa. Estes inconvenientes já podem ser praticamente eliminados, pois o registo dos livros em diskette, se for conservado, torna possível editá-los a todo o momento, na medida dos pedidos recebidos, reduzindo o tempo de espera ao estritamente necessário à impressão e envio e dispensando o utente da devolução dos livros. Este processo já começou a ser adoptado por algumas bibliotecas estrangeiras que, para além dos benefícios para os leitores, reconhecem ainda diversas outras vantagens. A dispensa de devolução dos livros elimina o empréstimo e necessidade do seu controlo. Isto torna desnecessárias umas quantas operações bem como o consumo de algum material. O armazenamento de diskettes em vez de livros em braille baixa drasticamente o ritmo da ocupação dos depósitos, o que representa, a prazo, uma grande rentabilização dos custos da construção civil e do equipamento para armazenagem. O facto de o livro deixar de ser destinado a uma utilização colectiva para passar a ser de uso pessoal, muitas vezes de curta duração, permite diminuir consideravelmente as exigências com a qualidade do papel, das encadernações e das embalagens para porte postal, o que vem a traduzir-se, igualmente, numa importante economia.

CONCLUSÃO

A leitura é especialmente importante para os deficientes visuais, como hoje reconhecem todas as entidades idóneas. Mas os custos das componentes que os serviços respectivos integram são particularmente elevados; e as entidades a que estes serviços pertencem vivem com dificuldades orçamentais de maior ou menor gravidade. Por outro lado, os deficientes visuais constituem uma minoria social e, por isso, as soluções dos seus problemas específicos, incluindo a satisfação das suas necessidades de leitura, não figuram nas primeiras linhas de prioridades.

Graças à evolução tecnológica dos últimos anos, têm progredido muito os meios mecânicos de produção bibliográfica, e têm proliferado, a um ritmo desconcertante, novos meios de produção e de acesso à informação, inclusivamente através de suportes de texto efémero, quer em braille quer em áudio. Esta nova realidade vem tornar possível uma versatilidade muito maior e um expressivo acréscimo do rendimento de trabalho no domínio da produção de materiais para a leitura especial, que alargarão enormemente as opções dos utentes.

No entanto, devido à especialização exigida por estes recursos tecnológicos e à pesada componente social da leitura especial, o emprego dos novos meios tem de ser disciplinado com vista à sua utilização racional. Isto envolve a complementaridade de serviços, a escolha de equipamento apropriado, a formação de pessoal para encontrar configurações informáticas bem adequadas

às finalidades de todas as operações, para operar o equipamento e para lhe garantir uma manutenção qualificada; e implica a avaliação das necessidades dos utentes - reais e potenciais - e a definição de objectivos adequados. Nestas condições, assume uma importância fundamental a capacidade que os serviços intervenientes na leitura especial tiverem para actuar de forma coordenada e rentabilizar ao máximo os meios disponíveis, no sentido de se elaborarem e cumprirem programas de produção bem orientados para a satisfação das necessidades de leitura e bem apetrechados de meios aptos a assegurar o aparecimento oportuno das edições.

Em Portugal, cinco entidades trabalham na produção de livros para a leitura especial. A Secretaria de Estado da Cultura, através da Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, produz livros em braille e livros sonoros; o Ministério da Educação, através do Centro de Recursos para o Ensino Integrado da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, produz, destinados às necessidades escolares, livros em braille, livros sonoros e livros ampliados; o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, através do Centro de Produção de Material da Direcção de Serviços de Equipamento Social Oficial, produz livros em braille, livros sonoros e livros ampliados; a Biblioteca Pública Municipal do Porto, através da Biblioteca Sonora, produz livros sonoros, e a Misericórdia do Porto, através do Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, produz livros em braille. No entanto, não existe nenhum mecanismo para coordenar o trabalho destas entidades que, algumas vezes, se têm visto obrigadas a constatar que a mesma obra foi produzida por entidades diferentes, o que, em última análise, vem a resultar na aplicação de mais meios para produzir menos livros. Por outras palavras, com os mesmos meios podiam ter-se produzido mais livros. E, em consequência desta má aplicação, foram os utentes que ficaram prejudicados.

Impõe-se, portanto, a existência de um mecanismo estável de colaboração eficaz entre estas entidades e outras que venham a ocupar-se da produção de livros para deficientes visuais, a fim de se obter uma actuação coordenada. Esta colaboração, que deverá assentar na representação oficialmente vinculada de todas as entidades e dispor do apoio burocrático duma delas, deverá ter, entre outras, as incumbências de:

- contribuir para a definição duma política concertada quanto à produção de materiais para a leitura especial;
- elaborar os programas de produção de livros e acompanhar a sua execução;
- propor a colaboração com os editores;
- promover formação de pessoal;
- promover a utilização racionalizada dos recursos do sistema produtivo e a manutenção da sua eficácia;
- promover a instalação de centros de recursos para a leitura especial nas bibliotecas principais, a fim de que os leitores deficientes visuais possam ter acesso aos livros em tinta sem necessidade de edições especiais;
- promover o funcionamento das entidades prestadoras de serviço de leitura especial em sistema integrado, a todos os níveis;
- impulsionar as propostas para as dotações orçamentais necessárias.

Nestas condições, utilizando conjugadamente os meios - humanos e financeiros - que até agora vêm sendo empregados de forma descoordenada, estará criada a base necessária para a prestação de um serviço de melhor qualidade e para que este serviço adquira um dinamismo capaz de gerar o seu próprio desenvolvimento.

Como detentora do serviço de maior dimensão - A Área de Deficientes Visuais, um serviço com mais de 20 anos de existência, ao longo da qual tem sido desenvolvida uma actividade razoavelmente organizada, não obstante a sua posição traseira na ordem de prioridades e apesar das dificuldades de gestão que se vêm sentindo nos últimos anos; um serviço que exerce a sua actividade a nível nacional e, algumas vezes, também no estrangeiro; um serviço que actua nos campos da produção e da utilização -, como detentora deste serviço, dizíamos, a Biblioteca Nacional propõe-se tomar uma iniciativa junto das demais entidades que operam na área da leitura especial, para as sensibilizar quanto à necessidade de coordenar políticas, programas e acções, uma vez que desta coordenação resultará um importante acréscimo na rentabilização dos meios envolvidos - infelizmente sempre escassos face à dimensão das necessidades.